

ATA N.º 21/2017

---- Reunião ordinária do dia oito de novembro de dois mil e dezassete.-----

---- No dia oito de novembro dois mil e dezassete, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- Foi registada a falta justificada de Elisabete Henriques.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Taxas de IMI 2018-----
- Redução de IMI por Agregado em 2018-----
- Participação Variável no IRS de 2018-----
- Derrama 2018-----
- TMDP 2018-----
- Incêndios – Ratificação de Encargos-----
- Apoio ao Arrendamento – Abertura Período Candidaturas-----
- Auditor Externo – Proposta de Nomeação-----
- Fornecimento Contínuo Energia Elétrica-----
- Projeto Potencial Positivo – Protocolo-----
- AGIM – Contrato-programa-----
- Instrutor Processos Contraordenação-----
- Isenção de Taxas – Utilização do CAE-----
- 2º Encontro Veteranos da Canoagem-----
- Renovação Acordos de Cooperação – Fornecimento Refeições Rede Pré-Escolar-----
- Renovação Protocolos – Fornecimento Refeições 1º Ciclo-----
- 12ª Modificação Orçamental – 4ª Revisão Orçamental-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:

Em 03 de novembro, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 135 769,88 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos) e operações não orçamentais = € 640 766,52 (seiscentos e quarenta mil, setecentos e sessenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Os fundos disponíveis nesta data eram de € 840 283,45 (oitocentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

Intervenções:

Ricardo Silva apresentou uma moção à Câmara Municipal sobre o traçado da A32.-----
O presidente da Câmara informou que a IP já estava a estudar a situação com base naquilo que o município lhe tinha apresentado há dois anos. Mais disse que aceitava a moção para ser integrada na ordem do dia da próxima reunião de Câmara.-----

Paulo Martins perguntou se seria possível introduzir um período na ordem onde constasse informação do seguimento dado aos assuntos aprovados na reunião anterior.-----

O presidente da Câmara disse que, em qualquer altura, podem colocar questões sobre assuntos aprovados e consultar processos.-----

Período da Ordem do Dia

Taxas de IMI 2018: - A Câmara Municipal analisou a proposta de Taxas do IMI para 2018, relativamente aos prédios rústicos e prédios urbanos, onde se propõe que as taxas

sejam de 0,8% (fixa) e de 0,3%, respetivamente. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada das taxas de IMI a serem cobradas em 2018, para ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da deliberação referida no n.º 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Paulo Martins pediu para que, numa próxima situação, fosse refletido qual o impacto das taxas do IMI em termos financeiros.-----

O Diretor de Departamento disse que ainda não era possível fazer esse cálculo porque não se conhece o valor da base coletável, para se apurar o valor da coleta.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Redução de IMI por Agregado em 2018: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2018, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi elaborada uma proposta para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta para ser submetida à apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Participação Variável no IRS de 2018: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo aprovou, por maioria, a proposta apresentada pelo presidente da Câmara de manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município que é de 5%. Mais foi deliberado, por maioria, submeter a proposta à apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

Ricardo Silva apresentou uma proposta para redução da taxa prevista para 3%.-----

O presidente da Câmara disse aceitar a contraproposta para ser submetida à votação depois de ser votada a proposta que consta da ordem do dia, tendo sido aprovado submetê-la à votação.-----

Seguidamente, foram realizados os seguintes procedimentos: -----

1) Foi colocada a proposta apresentada pelo presidente da Câmara à votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo e Raul Duarte; Contra – Paulo Martins e Ricardo Silva.-----

O vereador Ricardo Silva afirmou ter pedido que a sua proposta fosse considerada a sua declaração de voto relativamente à votação da proposta do presidente da Câmara. -----

2) Foi colocada a contraproposta à votação, a mesma teve cinco votos contra e dois votos a favor, pelo que foi reprovada. -----

Votação: A favor – Paulo Martins e Ricardo Silva; Contra – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo e Raul Duarte.-----

O vereador Pedro Lobo disse que, ao baixar a taxa do IMI, conseguiu-se algo que já era pedido há muitos anos por parte de toda a população. Afirmou que, ao aprovar uma baixa da participação do IRS, sem terem sido apresentados dados mais concretos sobre o valor que isso implicava, em termos de perdas para o Município, e tendo presente que no documento que foi apresentado consta que se trata de uma receita com elevada importância, esta discussão deverá ser tida numa próxima revisão da taxa variável do IRS.-

Derrama 2018: - No uso da competência conferida na alínea ccc, do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, apresentar a proposta para a Assembleia Municipal, de acordo com as seguintes taxas:-----

- a) 0,50% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----

- b) 1,00% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte; Contra – Paulo Martins.-----

Paulo Martins apresentou uma declaração de voto, explicando que votava contra pelo facto de, durante a campanha eleitoral, ter defendido a eliminação da derrama, como forma de compensar as empresas pela sua interioridade, e não ficaria de consciência tranquila se votasse a favor.-----

TMDP 2018: - Para cumprimento do que se encontra estabelecido no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, foi analisada a proposta apresentada por parte do presidente da Câmara Municipal, para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2018. A proposta foi aprovada por unanimidade, para ser submetida à apreciação e a aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Incêndios – Ratificação de Encargos: - O órgão executivo ratificou, por unanimidade, os encargos assumidos pelo município com a aquisição de mil metros de tubo polietileno, e outros bens, para serem entregues ao município de Vouzela. Esta aquisição foi realizada na sequência dos incêndios ocorridos recentemente naquela região e corresponde a um apoio de cooperação para a reposição das ligações de água particular que foram queimadas no incêndio do passado dia 15 de outubro.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea aaa), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Apoio ao Arrendamento – Abertura Período Candidaturas: - Na sequência da publicação do Regulamento de Apoio ao Arrendamento Urbano para fins habitacionais, publicado através do Aviso n.º 9808/2017, no Diário da República de 24 de agosto de 2017, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a abertura de um período de candidaturas, entre 01 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018, para apoio ao arrendamento urbano para fins habitacionais.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Auditor Externo – Proposta de Nomeação: - Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 77º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, Dr. Hélder Pereira, da sociedade PALM SROC.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica: - A Câmara Municipal analisou a proposta apresentada pelo presidente da Câmara e Relatório Final do procedimento para Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP) dos municípios de Albergaria-a-Velha, Anadia, Agrupamento de Entidades Adjudicantes do Município de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtoesa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos, e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, organizado na CIRA através do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, tendo o órgão executivo deliberado o seguinte:-----

- a) Adjudicar o fornecimento de energia elétrica à EDP Comercial – Comercialização de Energia;-----
- b) Autorizar a despesa relacionada com esse fornecimento.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 3, do artigo 148º do CCP, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e, também, a alínea f), do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Projeto Potencial Positivo – Protocolo: - O órgão executivo ratificou, por maioria, a celebração de um protocolo entre o Município, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., a Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, a Fundação Bernardo Barbosa de Quadro, o Centro Social Paroquial Maria da Glória, a APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado e a AEVA – Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro, para desenvolvimento do Projeto Potencial Positivo. Aquele projeto que tem como objetivo a integração de alunos da Escola Profissional de Aveiro em equipas de trabalho das diferentes valências das instituições parceiras, na prestação de cuidados de apoio à população idosa, como na identificação de necessidades junto da comunidade, na área das pequenas reparações domésticas, aprendizagem de informática, inglês e gerontomotricidade, rastreios de saúde diversos, bem como auxílio aos agricultores particulares e locais nas diversas tarefas inerentes à agricultura para consumo próprio.-----
Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins e Ricardo Silva, que disseram absterem-se por ser um assunto tratado pelo executivo anterior.-----

AGIM – Contrato-programa: - Foi presente e analisada uma proposta do presidente da Câmara, relacionada com a atribuição de um subsídio à Agim, para garantir a sustentabilidade daquela associação. Na sequência da decisão tomada em reunião de 27 de setembro de 2017, e verificando-se manterem-se os mesmos pressupostos, foi proposta ao órgão executivo a celebração de um contrato-programa com a Agim, onde se encontra prevista a atribuição de um subsídio de € 5 750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta euros), por cada mês, durante o ano de 2018, para se fazer face ao défice de exploração, com avaliação intercalar e no final.-----

Paulo Martins solicitou ao Diretor de Departamento os relatórios anuais da Agim e do Vougapark.-----

Discutido este ponto, e colocado à votação, o órgão executivo deliberou, por maioria, aprovar a celebração do contrato-programa com uma alteração à Cláusula 9 para que incluía a validade de um ano.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea ff), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 5, do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.-----

Votação: A favor – Almeida e Costa, Paulo Martins e Raul Duarte; Abstenção – Ricardo Silva, que explicou não ter a clara sensação de que aquele contrato seja tão benéfico para os municípios.-----

O presidente da Câmara e o vereador Pedro Lobo ausentaram-se durante a discussão e votação deste ponto.-----

Instrutor Processos Contraordenação: A Câmara tomou conhecimento da delegação da competência do Presidente da Câmara no Vice-presidente da Câmara, Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, relativamente à instrução de processos de contraordenação.---

Isenção de Taxas – Utilização do CAE: - De acordo com o pedido apresentado pela Filarmónica Severense, e respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da taxa relacionada com a utilização do Centro das Artes e do Espectáculo, no próximo dia 17 de dezembro de 2017, para a realização de um concerto de Natal.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, conjugada com o artigo 20º do Regulamento Municipal de Funcionamento, Segurança e Utilização do Centro das Artes e do Espectáculo.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

2º Encontro Veteranos da Canoagem: - O Viking Kayak Clube veio solicitar a disponibilização da piscina municipal, no próximo dia 11 de novembro de 2017, para ser utilizada pelos participantes no 2º Encontro de Veteranos da Canoagem, para que possam pernoitar e tomar banho. Analisado o pedido, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a disponibilização da piscina municipal para o efeito pretendido.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Renovação Acordos de Cooperação – Fornecimento Refeições Rede Pré-Escolar: - Foi ratificada, por maioria, a renovação dos Acordos de Cooperação celebrados entre o Município e a Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado, o Centro Social Paroquial Maria da Glória, a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e a Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, com vista à prossecução da componente de apoio à família relacionado com o fornecimento das refeições da rede pré-escolar, para o ano letivo de 2017/2018.-----
Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo e Raul Duarte;
Abstenções – Paulo Martins e Ricardo Silva, por serem processo tratados pelo órgão executivo anterior.-----

Renovação Protocolos – Fornecimento Refeições 1º Ciclo: - Foi ratificada, por maioria, a renovação dos protocolos celebrados ente o Município e a Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado, o Centro de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga, o Centro Social Paroquial Maria da Glória, a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e a Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, relacionados com os termos e condições para o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB durante o ano letivo de 2017/2018.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Pedro Lobo e Raul Duarte;
Abstenções – Paulo Martins e Ricardo Silva, por serem processo tratados pelo órgão executivo anterior.-----

12ª Modificação Orçamental – 4ª Revisão Orçamental: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 4ª Revisão Orçamental, correspondente à 12ª Modificação, com uma diminuição do orçamento da receita no valor de € 1 244 000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros) e, modificação no Orçamento de Despesa e no Plano Plurianual de Investimento num total de € 1 244 000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros). A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a quarta proposta de Revisão Orçamental.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Sérgio Soares da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, interveio para colocar algumas questões ao presidente da Câmara. Começou por dizer que, nos últimos anos, o governo tem encerrado serviços e tem conhecimento de que o presidente da Câmara não defende esses encerramentos, dando como exemplo o Tribunal em Sever do Vouga. Citou que dados estatísticos demonstram que dentro de dois a três anos, as salas de aula do novo Centro Escolar serão suficientes para abarcar todas as crianças do concelho com idade de frequência no primeiro ciclo. Perguntou se, nessa altura, o executivo irá concentrar todas as crianças no novo centro escolar e fechar as duas escolas, praticamente novas, de Couto de Esteves e de Rocas.-----

De seguida, enumerou algumas situações problemáticas na freguesia de Couto de Esteves, nomeadamente, a falta de limpeza nos trilhos pedestres num território com potencial turístico, a falta de melhoria das acessibilidades, a reposição da praia fluvial, a falta de água e saneamento, falta de acessibilidades, falta de sinalética rodoviária e direcional, falta de infraestruturas de apoio ao turismo, ou seja, tudo aquilo que considera ser necessário ao desenvolvimento de uma comunidade. Perguntou ao presidente da Câmara e vereadores qual o plano existente para a freguesia de Couto de Esteves.-----

Perguntou em que ponto de situação se encontrava um projeto intitulado “Terras de Santo Estevão”, uma vez que tinha sido convocado, há quatro anos, para uma reunião para afinar pormenores e sobre o qual não teve mais conhecimento.-----

Por fim, perguntou ao presidente da Câmara se já tinha providenciado a colocação de infraestruturas, na Rua da Acimada, antes da pavimentação da mesma, por tratar-se de uma rua que necessita de um aumento das condutas das águas pluviais e a extensão da rede de água numa parte que ainda não tem abastecimento.-----

Respondendo às questões colocadas, e começando pela Rua da Acimada, o presidente da Câmara disse que a AdRA é a instituição responsável pela execução da renovação das condutas e da colocação de novos sistemas de abastecimento de água e saneamento e que, o município tem vindo a pressionar a AdRA para executar esses trabalhos agora para não mexer na estrada a seguir. No entanto, se assim não for, a AdRA terá de repor aquilo que danificar na estrada.-----

Sobre as linhas de água, informou que o vereador responsável esteve no local e está atento à situação para fazer a devida condução das águas para a empreitada.-----

Relativamente ao Orçamento 2018, o presidente da Câmara informou que o mesmo estava muito limitado porque tinha havido necessidade de cabimentar o Centro Escolar e todas as outras obras cofinanciadas. Afirmou que a redução demográfica tem sido uma realidade em toda a região. Quanto ao encerramento da escola de Couto de Esteves, o presidente da Câmara disse não existir qualquer vontade disso acontecer, mas que é necessário ter em conta o decréscimo populacional e estudar o mesmo.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
